



15ª Conferência Lusófona de Ciência Aberta (ConfOA)
Acesso Aberto e Dados de Investigação Abertos: sistemas, políticas e práticas
Ciência Aberta e outras expressões de conhecimento aberto
Gestão de informação de Ciência e Tecnologia
Modalidade: Comunicação oral

Nova política de acesso aberto da fundação para a ciência e a tecnologia de portugal

João Mendes Moreira

Unidade de serviços digitais da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCCN|FCT),
Lisboa, Portugal
[0000-0002-9081-2728](tel:0000-0002-9081-2728)

Joana Novais

Unidade de serviços digitais da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCCN|FCT),
Lisboa, Portugal
[0000-0002-1244-9636](tel:0000-0002-1244-9636)

Filipa Pereira

Unidade de serviços digitais da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCCN|FCT),
Lisboa, Portugal
[0000-0002-5732-9996](tel:0000-0002-5732-9996)

Filipa Pardelha

Unidade de serviços digitais da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCCN|FCT),
Lisboa, Portugal
[0000-0001-6282-0272](tel:0000-0001-6282-0272)

Miguel Andrade

Unidade de serviços digitais da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCCN|FCT),
Lisboa, Portugal
[0009-0009-7307-0791](tel:0009-0009-7307-0791)

RESUMO

A presente comunicação aborda o processo de desenho e implementação da nova Política de Acesso Aberto da Fundação da Ciência e a Tecnologia de Portugal, a qual é conforme com o Plano S. O objetivo é garantir que todas as publicações por si financiadas estejam disponíveis em acesso aberto imediato, com os direitos de autor retidos pelos próprios autores. A política foi elaborada por uma equipa multidisciplinar, que desenvolveu um plano de implementação abrangente incluindo as componentes de suporte, comunicação e formação bem como serviços digitais com vista a assegurar a conformidade e a adesão à política entre os investigadores.

Palavras-chave: política de acesso aberto; Plano S; retenção de direitos: vias dourada, verde e transformativa; acordos transformativos; monitorização e conformidade de políticas de ciência aberta.

INTRODUÇÃO

A 5 de maio de 2014 a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) aprovou a sua primeira política de acesso aberto (FCT, 2014). Tendo em fevereiro de 2021 anunciado a adesão ao Plano S, tornou-se necessário atualizar a sua política.

O processo de implementação do Plano S na FCT ficou a cargo de uma equipa multidisciplinar. Integraram esta equipa elementos da área responsável pela definição e implementação de políticas e serviços de suporte à ciência aberta, a área do conhecimento científico (ACC) da unidade de serviços digitais da FCT (FCCN|FCT), bem como um elemento da assessoria jurídica da unidade FCCN|FCT. Pontualmente, a equipa foi reforçada por especialistas de usabilidade/*user experience*, por forma a assegurar uma boa experiência do utilizador com ferramentas e serviços digitais, bem como por especialistas em comunicação, por forma a apoiar a gestão da mudança e comunicação com a comunidade.

Conscientes da importância de ter uma visão holística no desenho e adoção da nova política, foi elaborado um macroplano assente nos seguintes pilares: Plano S, política de acesso aberto, serviços digitais e comunicação, disseminação e formação.

Plano S

O Plano S, lançado em 2018 pela cOAlition S, um grupo de financiadores internacionais, tem como propósito assegurar que todas as publicações resultantes de investigação por si financiada, fiquem disponíveis em acesso aberto, pleno e imediato e que a autoria dos trabalhos retenha os direitos. O Plano S permite que o acesso aberto possa ser concretizado por três vias alternativas: publicação em revistas ou plataformas de acesso aberto, publicação em acesso fechado com disponibilização imediata do manuscrito aceite em repositório aberto ou publicação em acesso aberto em revistas híbridas, ao abrigo de acordos transformativos. Numa primeira análise efetuada em 2021 (Novais; Mendes Moreira, 2022), identificaram-se diversos desafios, tanto para a FCT como para os investigadores, para ser possível implementar o Plano S (COALITION-S, 2024). Destacou-se a necessidade de elaborar uma nova política de acesso aberto e a sua comunicação alargada, assim como a operacionalização das diversas vias alternativas de publicação permitidas pelo Plano S, por forma a maximizar a liberdade de escolha do local de publicação por parte dos autores.

Política

A elaboração da política foi precedida de um estudo de estado de arte onde foram analisadas as políticas e abordagens de congéneres. Tal como para a versão da política de 2014, a política da comissão europeia serviu de referencial. A política considera as três vias preconizadas no plano e incluiu os tipos de resultados: teses, dissertações e livros.

Para auxiliar a execução da via de depósito em repositório, a nova política define uma estratégia de retenção de direitos (*Rights Retention Strategy*), ficando assegurada a autoria, a possibilidade do depósito em repositório aberto do manuscrito aceite com uma licença CC-BY¹ ou equivalente mediante autorização prévia da FCT. A estratégia adotada requer que o autor não ceda os direitos patrimoniais da sua publicação ao editor, notificando o mesmo que aplicou uma licença CC-BY ao manuscrito submetido e a todas as suas versões subsequentes, até que o manuscrito seja aceite para publicação, após revisão por pares. Esta notificação ao editor é feita através da inclusão no manuscrito submetido de uma frase para esse efeito, e que se encontra claramente estipulada na nova política de acesso aberto.

Em maio de 2023, após a consulta a dois especialistas nacionais em ciência aberta (Eloy Rodrigues² e Delfim Leão³), a política foi colocada em consulta pública. Foram recebidas pouco mais de 20 contribuições, as quais foram devidamente tratadas (Mendes Moreira *et al.*, 2022). O balanço da consulta pública foi positivo enquanto permitiu validar e otimizar a política.

Serviços digitais

Conscientes da importância dos serviços e infraestruturas para facilitar o cumprimento da política, foram desenvolvidas atividades em vários domínios, em particular na publicação e depósito, *reporting* científico e na monitorização/conformidade.

No domínio da publicação foram desenvolvidos/consolidados esforços para suportar as diversas vias previstas no Plano S: verde, dourada e transformativa.

Na via verde, desde há longa data que a comunidade conta com a rede de repositórios abertos RCAAP (Carvalho *et al.*, 2013). Esta via permite cumprir a obrigação de depósito da versão aceite ou final do resultado num repositório desta rede. Com o propósito de facilitar a monitorização e conformidade da política, os formulários de depósito nos repositórios foram revistos para esse fim.

Para permitir a via transformativa, celebraram-se, através do consórcio Biblioteca do conhecimento *online* (b-on), 13 acordos transformativos para o triénio 2022-2024 (b-on, 2024). Estes acordos contemplam a possibilidade de publicação em acesso aberto para autores de instituições b-on sem encargos adicionais, prevendo-se uma taxa de cobertura acima de 60% do volume de artigos científicos publicados por autores de instituições b-on expectável em 2024.

No que se refere a via dourada, a FCT prosseguiu a consolidação da iniciativa nacional PublIn⁴ a qual oferece serviços para a disponibilização de revistas nacionais diamante através dos serviços Scielo.pt⁵ e SARC⁶. A este propósito convém destacar as várias iniciativas

1 <https://creativecommons.org/>

2 <https://orcid.org/0000-0002-7862-2681>

3 <https://orcid.org/0000-0002-8107-9165>

4 <https://www.pubin.pt/>

5 <https://www.scielo.pt>

6 <https://www.pubin.pt/alojamento-de-revistas/>

desenvolvidas no sentido destes serviços convergirem com os princípios de ciência aberta. Destacam-se ainda os inúmeros eventos de promoção das práticas de ciência aberta na gestão de revistas nacionais, bem como a revisão dos critérios Scielo.pt (SciELO Portugal, 2023) por forma acelerar a adoção destes princípios.

No domínio do depósito foram desenvolvidas funcionalidades para permitir o depósito de publicações em repositórios através do sistema nacional de gestão curricular CIÊNCIAVITAE disponibilizando assim mais uma forma de permitir o depósito. A figura que se segue apresenta um ecrã com esta funcionalidade.

FIGURA 1 – Funcionalidade de depósito a partir do sistema nacional de gestão curricular CIÊNCIAVITAE.



Fonte: Sistema nacional de gestão curricular de Portugal CIÊNCIAVITAE (www.cienciavitae.pt)

Por norma, a FCT requer aos beneficiários dos instrumentos de financiamento que disponibiliza, a submissão de relatórios intercalares e finais. Uma das secções deste relatório trata da lista de resultados científicos realizados ao abrigo do financiamento. Considerando que a política se aplica a todos os resultados reportados neste relatório, foram desenvolvidos esforços no sentido de otimizar a elaboração deste relatório assegurando ao mesmo tempo, a consciencialização dos investigadores principais para os requisitos da política de acesso aberto e a riqueza de metadados necessários para a monitorização e conformidade da política. A figura que se segue mostra um ecrã do protótipo de baixa fidelidade desenvolvido para este fim.

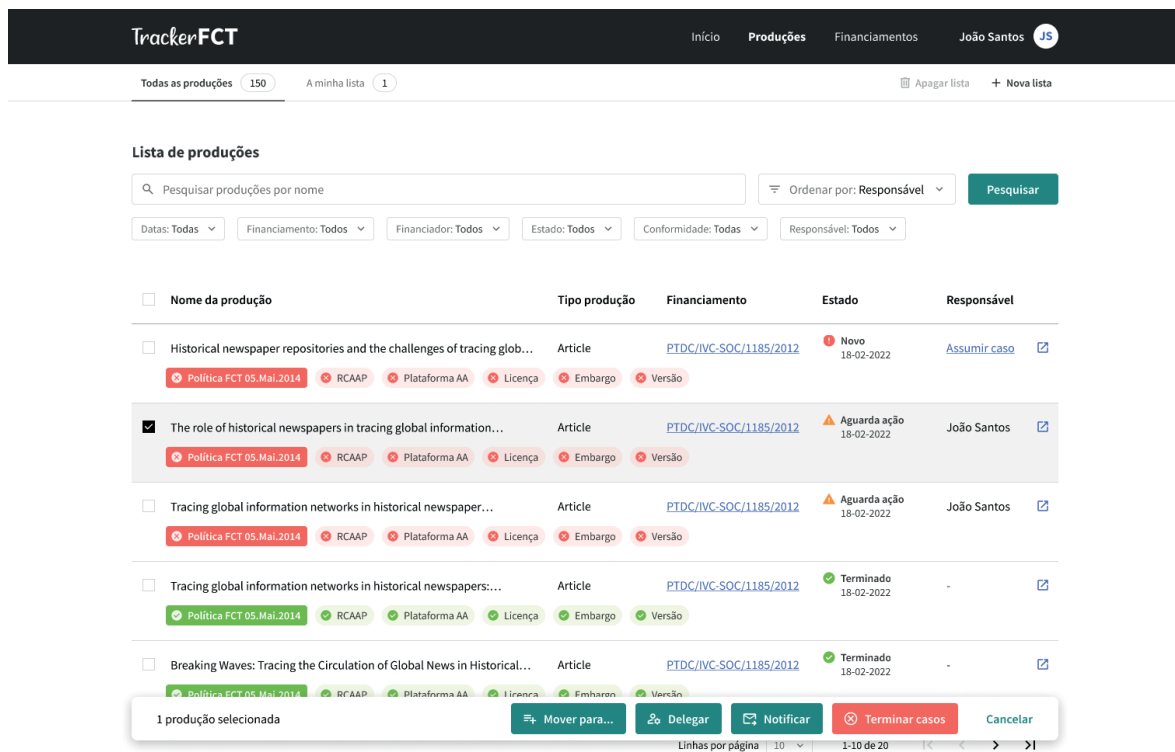
FIGURA 2 – Protótipo da ferramenta de Reporting científico da FCT



Fonte: Elaborado pelos autores.

Ainda no âmbito dos serviços, e de importância crucial, há a realçar a implementação de uma ferramenta de monitorização e *compliance* (Mendes Moreira *et al.*, 2022). Esta ferramenta visa permitir identificar os resultados científicos que não estejam conforme a política, solicitando ao(s) investigador(es) principal(is) de cada financiamento, ou quem estes autorizem, que adotem medidas de correção ou mitigação. Na figura seguinte podem visualizar um ecrã da aplicação Tracker FCT.

FIGURA 3 – Ecrã da aplicação Tracker FCT



Fonte: Aplicação Tracker FCT

Para monitorizar o progresso e suportar a tomada de decisão está em curso a elaboração de um *data warehouse* e uma ferramenta de indicadores para análise da conformidade com a política.

Finalmente de destacar o programa nacional PTCRIS (Mendes Moreira; Laranjeira, 2018). Este programa visa facilitar os processos de gestão, produção e acesso à informação sobre a atividade científica nacional, disponibilizando para o efeito um referencial normativo. A utilização deste referencial normativo pelos sistemas acima referenciados (Financiamento-CV-Reporting científico-BI) permite assegurar a interoperabilidade entre estes sistemas e os demais sistemas do ecossistema de ciência e tecnologia facilitando assim a realização de tarefas relacionadas com a gestão de informação científica.

Comunicação, disseminação e formação

Conscientes da importância da gestão da mudança que a nova política acarreta, foram desenvolvidos um vasto conjunto de materiais para facilitar a interpretação e implementação da política. Assim foi criado um conjunto de ferramentas de índole mais prática e operacional: um guia sobre retenção de direitos de autor, um conjunto de perguntas frequentes, entre outros documentos de apoio. O principal elemento de suporte foi o microsite o qual permite ao investigador, de forma interativa, saber como pode cumprir a política, bem como os passos que tem de dar em cada via. De notar que este sítio web foi sujeito a inúmeras rondas de usabilidade tendo por vista aprimorar a utilização do mesmo. A figura seguinte apresenta a *homepage* deste site.

FIGURA 4 – Micro-site de suporte à política de acesso aberto da FCT



Fonte: Ambiente de desenvolvimento do micro-site de suporte à política de acesso aberto da FCT

Por último, dado o carácter mais exigente da nova política, será essencial informar, esclarecer, envolver e formar a comunidade de investigação, por forma a assegurar a sua compreensão e cumprimento. Nesse sentido, encontra-se em preparação um plano de comunicação integrado, para sensibilizar e esclarecer a comunidade, garantindo assim uma transição mais suave e bem-sucedida. Para este efeito serão desenvolvidos conteúdos, eventos, formações e materiais de apoio.

Realça-se ainda um canal de apoio (*e-mail*) e esclarecimento de dúvidas associadas à nova política e ao seu cumprimento, criado aquando da adesão da FCT ao Plano S, que permite proporcionar apoio mais personalizado em casos mais específicos que não possam ser resolvidos pelas instituições de afiliação dos autores.

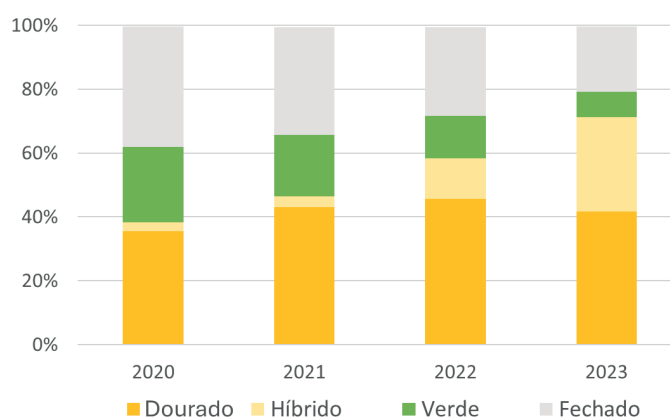
Indicadores

Apesar da política não ter entrado em vigor, alguns efeitos da aplicação do Plano S já são visíveis. A figura em baixo ilustra a evolução do acesso aberto no período 2020 a 2023. Durante este período, o acesso aberto (em todas as vias) evoluiu de cerca de 60% para perto de 80%.

O acesso aberto imediato (dourado + híbrido) registou um crescimento significativo de 40% para mais de 70%. De 2020 a 2022 o aumento acontece através essencialmente da via dourada, em especial em editores tais como a MDPI ou Frontiers. Contudo, a partir de meados de 2022, com a entrada em vigor dos primeiros acordos transformativos, observa-se uma inflexão na componente de acesso dourado, indiciando preferência pela via híbrida sem pagamento de taxas de processamento de artigos (APC, do inglês *article processing charges*) (acordos transformativos).

A aparente diminuição do acesso aberto verde poderá ser explicada pelo facto do depósito em repositório estar sujeito a embargos e como tal o total só ser observável 12 a 24 meses depois do ano em análise.

FIGURA 5 - Evolução do Acesso Aberto 2020-2023



Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos da *Web of Science + Unpaywall* usando como critério: artigos (excluídos os *proceedings*) com referência a financiamento FCT.

Trabalho futuro

Após a aprovação da política, esperada para breve, será necessário desenvolver as atividades de comunicação, disseminação e formação, bem como pôr em prática o plano de marketing por forma a criar uma dinâmica positiva de cumprimento da política. Paralelamente serão prosseguidos os esforços para afinar e concluir os serviços e infraestruturas de suporte à política, em particular a ferramenta de monitorização.

CONCLUSÕES

A FCT demonstrou um compromisso abrangente com o acesso aberto ao aderir ao Plano S em 2021 e ao atualizar a sua política de acesso aberto. A sua implementação permitirá um avanço significativo para a ciência em Portugal, promovendo a democratização do conhecimento e o alinhamento com as melhores práticas internacionais. Esta Política estabelece um novo paradigma para a investigação financiada pela FCT, enfatizando a importância da acessibilidade imediata dos resultados científicos e da retenção dos direitos de autor.

A adoção integral dessa política dependerá da adesão e do suporte contínuo aos investigadores, bem como a disponibilização de serviços digitais e recursos humanos que facilitem o cumprimento e monitorização dos requisitos da política.

REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA DO CONHECIMENTO ONLINE - B-ON. **Acesso Aberto**. Disponível em: <https://www.b-on.pt/acesso-aberto/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

CARVALHO, José; MOREIRA, João Mendes; SARAIVA, Ricardo. O RCAAP e a evolução do Acesso Aberto em Portugal. *In*: RODRIGUES, Eloy; SWAN, Alma; BAPTISTA, Ana Alice. **Uma Década de Acesso Aberto na UMinho e no Mundo**. Palmeira, PT: Estúdio de Artes Gráficas, 2013. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/27919>. Acesso em: 19 ago. 2024.

COALITION-S. **Plan S** – principles and implementation. Disponível em: <https://www.coalition-s.org/addendum-to-the-coalition-s-guidance-on-the-implementation-of-plan-s/principles-and-implementation/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA - FCT. **Política sobre Acesso Aberto a Publicações Científicas resultantes de Projetos de IeD Financiados pela FCT**. 5 maio 2014. Disponível em: https://www.fct.pt/wp-content/uploads/2023/01/PoliticaAcessoAberto_Publicacoes.pdf. Acesso em: 20 ago. 2024.

MOREIRA, João Mendes; LARANJEIRA, Cátia. PTCRIS: Planning and implementing a national CRIS ecosystem. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON CURRENT RESEARCH INFORMATION SYSTEMS, 14., 2018. **Anais [...]**, Umeå: CRIS2018, 2018, p.13-16,. Disponível em: <https://dspacecris.eurocris.org/handle/11366/664>. Acesso em: 19 ago. 2024.

MOREIRA, João Mendes; NOVAIS, Joana; ANDRADE, Miguel; PEREIRA, Filipa. **Política sobre acesso aberto a publicações científicas resultantes de investigação financiada pela FCT** - Relatório do processo de Consulta Pública. Portugal: FCT, 2023. Disponível em: <https://www.fct.pt/wp-content/uploads/2024/02/Relatorio-Consulta-Publica-Politica-de-Acesso-Aberto-a-Publicacoes-Cientificas-FCT.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2024

MOREIRA, João Mendes; PARDELHA, Filipa; LARANJEIRA, Cátia; PEREIRA, Filipa; NOVAIS, Joana; LOPES, Paulo; ANTUNES, António; CARDOSO, Elsa. Development of Plan S monitoring and compliance tool in the context of PTCRIS for Portuguese National Science Foundation. **Procedia Computer Science**, v. 211, p. 151-161, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.procs.2022.10.187>. Acesso em: 19 ago. 2024

NOVAIS, Joana; MOREIRA, João Mendes. Adesão ao Plano S: desafios de um financiador. **Cadernos BAD**, Lisboa, n. 1-2, 2022. DOI: 10.48798/cadernosbad.2751.

SCIELO PORTUGAL. **Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de revistas científicas na Coleção SciELO Portugal**. Portugal: Scielo Portugal, 2023. Disponível em: https://scielo.pt/avaliacao/Criterios%20SciELO_revisao_2023_VF.pdf. Acesso em: 19 ago. 2024